

# Prisões e Crime Organizado na América Latina

Edmundo Oliveira\*

Resumo: – A Justiça Penal, seletiva na punição, acostumou-se a mandar para as grades os miseráveis que formam o grande elenco de consumidores do crime organizado.

O *Poder Transversal* constitui a nova face do cruzamento dos interesses da polícia e do banditismo, propiciando a ascensão de um *Estado Paralelo* que, nas prisões, se posiciona com desenvoltura ante a ausência de investimentos sociais do *Estado Legal*.

## O Panorama penitenciário na América Latina

Antes de entrarmos, concretamente, na exemplificação do pouco que se produz em termos de educação e formação profissional dos presos de justiça na América Latina, torna-se fundamental assinalar os limites críticos em torno do fracasso nos distintos aspectos da legitimação do cumprimento da pena privativa de liberdade, na geografia regional dos países que compõem o Continente latino-americano.

Nas sociedades de risco, na América Latina, a Justiça Penal, continua seletiva na punição. Acostumou-se a mandar para trás das grades os miseráveis que formam maioria absoluta nas prisões e nelas se amontoam em números superiores aos padrões recomendados pelas Nações Unidas (ONU). Pelo menos 70% dos presos são provenientes de famílias que sobrevivem com apenas um salário mínimo (83 dólares por mês). O perfil dos encar-

cerados pobres não pára aí: 91% dos presos não têm instrução primária completa e muitos não sabem sequer escrever o próprio nome. Metade da população carcerária, na América Latina, é constituída de negros. As prisões superlotadas funcionam como mecanismos propulsores de tendências criminosas que, além de contaminar os presos, contagiam os operadores do Sistema Penal e até mesmo a população em geral. O custo de um preso, por mês, corresponde ao dobro do que o Governo gasta, mensalmente, para manter uma criança na escola.

Em termos de proteção aos direitos humanos do preso, nenhum país, da América Latina cumpre as normas do Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos, ditado pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1966, nem tampouco a Convenção Americana Sobre Direitos Humanos, conhecida como *Pacto de San Jose de Costa Rica*, aprovada pela Organização dos Estados Americanos (OEA), em 1969.

\* Professor Titular de Direito Penal da Universidade Federal do Pará – Amazônia, Brasil; Vice-Presidente para a América Latina da Sociedade Internacional de Criminologia; Representante, no Brasil, da Fundação Internacional Penal e Penitenciária, criada pela Assembleia Geral da ONU; Doutor com Pós-Doutorado em Direito Penal pela Universidade de Sorbonne, Paris; autor da teoria jurídica sobre o *crime precipitado pela vítima*.

## Levantamento Estatístico

Quadro 1. Número de habitantes nos países da América Latina.

<b>Países:</b>		
Argentina	36.233.897	Habitantes
Bolívia	8.142.535	Habitantes
Brasil	172.250.906	Habitantes
Chile	15.017.760	Habitantes
Colômbia	37.284.706	Habitantes
Costa Rica	3.723.641	Habitantes
Cuba	11.322.741	Habitantes
Equador	12.411.232	Habitantes
El Salvador	6.291.721	Habitantes
Guatemala	11.889.234	Habitantes
Haiti	7.796.499	Habitantes
Honduras	6.316.308	Habitantes
México	97.367.113	Habitantes
Nicarágua	5.020.272	Habitantes
Panamá	2.811.730	Habitantes
Paraguai	5.481.023	Habitantes
Peru	25.618.308	Habitantes
República Dominicana	8.364.478	Habitantes
Uruguai	3.256.632	Habitantes
Venezuela	23.706.711	Habitantes
Estatística : Ano 2002		

Quadro 2. População penitenciária na América Latina.

<b>Países</b>	<b>Capacidade</b>	<b>Presos</b>	<b>Excesso</b>
Argentina	30.211	38.604	8.393
Bolívia	4.959	8.315	3.356
Brasil	107.049	194.074	87.025
Chile	20.988	30.852	9.864
Colômbia	32.939	57.068	24.129
Costa Rica	4.753	6.650	1.897
Equador	6.093	8.520	2.427
El Salvador	6.419	6.868	449

Guatemala	7.233	8.169	936
Haiti	2.000	4.152	2.152
Honduras	5.235	10.869	5.634
México	108.551	139.707	31.156
Nicarágua	4.804	7.198	2.394
Panamá	6.843	8.517	1.674
Paraguai	2.707	4.088	1.381
Peru	19.491	27.452	7.961
Republica Dominicana	4.460	14.188	9.728
Uruguai	3.199	4.012	813
Venezuela	20.449	23.147	2.698
Estatística Ano 2002			

Quadro 3. Crescimento penitenciário na América Latina

Países	1992	2000	Aumento	%
Argentina	21.016	38.604	17.588	83,69
Bolívia	6.235	8.315	2.080	33,36
Brasil	114.377	194.074	79.697	69,68
Chile	20.989	30.852	9.863	47,00
Colômbia	33.491	57.068	23.577	70,40
Costa Rica	3.346	6.650	3.304	98,75
Equador	7.998	8.520	522	06,53
El Salvador	5.348	6.868	1.520	28,43
Guatemala	6.387	8.169	1.782	27,90
Haiti	1.617	4.152	2.535	56,78
Honduras	5.717	10.869	5.152	90,12
México	87.723	139.707	51.984	59,26
Nicarágua	3.375	7.198	3.823	113,28
Panamá	4.428	8.517	4.089	92,35
Paraguai	3.427	4.088	661	19,29
Peru	17.350	27.452	10.102	58,23
Republica Dominicana	10.800	14.188	3.388	31,37
Uruguai	3.037	4.012	975	32,11
Venezuela	22.791	23.147	356	01,57
Estatística: Ano 2002				

Quadro 4. Pessoas presas sem condenação na América Latina

Países	Total de presos	Sem condenação	%
Argentina	38.604	19.643	50,89
Bolívia	8.315	2.679	32,22
Brasil	194.074	70.681	36,42
Chile	30.852	15.675	50,81
Colômbia	57.068	19.337	33,89
Costa Rica	6.650	1.223	18,39
Equador	8.520	5.819	68,30
El Salvador	6.868	5.224	76,07
Guatemala	8.169	4.971	60,86
Haiti	4.152	3.055	72,58
Honduras	10.869	9.569	88,04
México	139.707	61.211	43,82
Nicarágua	7.198	1.677	23,30
Panamá	8.517	4.827	56,68
Paraguai	4.088	3.791	92,74
Peru	27.452	17.341	63,17
República Dominicana	14.188	12.818	90,35
Uruguai	4.012	3.096	77,17
Venezuela	23.147	13.630	58,89
Estatística: Ano 2002			

Quadro 5. Custo mensal, em dólares, por preso, em alguns países da América Latina

Países	Custo mensal em dólares por preso
Argentina	206.1
Brasil	240.8
Costa Rica	312.9
El Salvador	145.5
Honduras	43.9
Nicarágua	79.7
Paraguai	126.4
Peru	107.0
Estatística: Ano 2002	

## Principais pontos sociológicos de inquietação da política penitenciária na América Latina

São cinco pontos a merecer consideração de análise.

Primeiro ponto. O primeiro ponto de partida, no conjunto dessas inquietações, reside na atmosfera da preocupação com o crescimento da violência na sociedade, alarmada com a insegurança pública recrudescida, de modo impressionante, pelas formas tradicionais e inusitadas de expressões de crimes, ante uma polícia condicionada por sua formação bisonha e deformada pelos costumes da profissão. Daí, o discurso da lei e da ordem, galgado na concepção ideológica que defende a política conservadora de construir mais prisões e fixar penas mais longas, por entender que o número de pessoas inclinadas a cometer crimes decresce, quando o instrumento da punição aumenta.

Segundo ponto. O segundo ponto é a constatação da baixa inteligência da administração penitenciária aliada à tibieza da justiça no campo das execuções penais. Diante da ciranda do crime, como o Poder Executivo e o Poder Judiciário não atuam em harmonia e nem com eficácia, o efeito altamente negativo se reflete na incapacidade do *Estado Legal* para promover a reinserção social e moral dos condenados. Nas Cidades do Rio de Janeiro, São Paulo, Buenos Aires, Assunção, Bogotá, Lima, Caracas e La Paz, cerca de 71% dos egressos de prisões a elas voltam, por qualquer razão pessoal ou social. Outras cidades, que apresentam menor índice, estão por volta dos 55%, também absolutamente inaceitável.

Terceiro ponto. O terceiro ponto é o escândalo diário do absoluto descaso em rela-

ção às garantias constitucionais e aos direitos humanos dos presos. Embora também exista, vez por outra, o outro extremo de se querer privilegiar os delinquentes sobre as vítimas, é fato consumado que os países da América Latina apresentam uma das imagens mais negativas, no planeta, em termos de tratamento prisional com zelo aos direitos fundamentais, colhendo com isso repetidas reações por parte de organizações não-governamentais, cientistas e especialistas dedicados à causa.

Quarto ponto. O quarto ponto se refere ao modelo prisional latino-americano, de modo geral totalmente arcaico, porque ainda encerrado no âmbito da mera repressão colonial que, sem estratégias de políticas públicas, vende a falsa ilusão de que o sistema penal funciona enchendo as prisões. A teoria penal está, assim, a serviço da autoridade: a prisão vale como reafirmação da ordem jurídica e não como pedagogia da recuperação para proteger a cidadania e alterar a personalidade do condenado, na redefinição de sua escolha existencial.

Quinto ponto. O quinto e último ponto diz respeito à corrupção que alimenta o *Poder Transversal* formado pelo cruzamento do banditismo com a polícia. Criminosos e policiais se cruzam, agem em conluio, ainda que seguindo rumos e itinerários diferentes, de acordo com seus interesses e conveniências pessoais, daí a tipicidade de práticas ilícitas contínuas de corrupção ativa, de corrupção passiva e das montagens para lavagem de dinheiro. Assim, o crime está organizado na execução penal, não apenas contando com o uso da força, mas também com o domínio de modernos empreendimentos. Celulares, *laptops*, armas e drogas chegam sempre com fa-

cilidade à prisão, porque o crime organizado se sustenta com um braço dentro do *Estado Legal*, onde é nítida a percepção de que elites econômicas e autoridades são corruptas. Nenhuma cadeia será segura, enquanto o verme da corrupção morar lá dentro.

### As fontes típicas do crime nas sociedades de risco da América Latina: a pobreza e o crime organizado

Duas são as fontes típicas do crime nas comunidades da América Latina.

De um lado, na primeira fonte, existe o pesadelo sócio-econômico de base. Na América Latina, a grande maioria da população é constituída de pobres, que não têm meios de se integrar aos mercados sofisticados de produção e consumo. O Informe Mundial sobre riqueza, divulgado pela ONU, em New York, em junho de 2003, mostra que na América Latina somente 8% são ricos, sendo a base da pirâmide social constituída cada vez mais de pessoas menos favorecidas, que, no reboque do desenvolvimento desordenado, apelam ao cotidiano do crime e da contravenção. 3 bilhões de humanos – metade da população do planeta – vivem na pobreza com renda de menos de dois dólares por dia. Desse total, 1 bilhão de pessoas – quase um quarto dos habitantes dos países em desenvolvimento – subsistem com 1 dólar por dia.

Nessa realidade conflitual, o fenômeno mais conhecido é o das crianças e adolescentes sem ocupação, que perambulam pelas ruas, pedindo dinheiro, orientados pelas próprias famílias, para desse modo prover o sustento. Eis, a fonte do índice elevado da delinquência que alimenta o arsenal de táticas urbanas de sobrevivência.

De outro lado, na segunda fonte típica do crime na América Latina, aparece o crime organizado de acesso facilitado ao lucro, ao enriquecimento ilícito e a outras vantagens com o apoio da corrupção. Grupos de extermínio, assaltos a bancos, roubos de carros e mercadorias, contrabando, seqüestros para obtenção de significativos resgates e, sobretudo, tráfico de drogas e de armas são exemplos significativos. Existe a *profissionalização* do crime, não só como atividade comum das pessoas aí envolvidas, mas também pelo uso de tecnologia sofisticada pertinente. As forças das *quadrilhas* constituem o reflexo da debilidade do *Estado Legal*. Elas possuem armas pesadas, dominam sistemas complexos e modernos de comunicação, usam conhecimento atualizado para planejar e realizar suas atividades multiplicadoras, dispondo do auxílio da *Internet*.

Efetivamente, a globalização contribui para a nova engrenagem do crime organizado, que sabe concentrar a liderança negativa do *banditismo*, ainda que seus líderes estejam presos. Tratando-se de um mundo extremamente perigoso, impera a *seleção dos mais fortes*, o que facilita o surgimento do *Poder Transversal* bem estruturado, sobretudo quando à força se ligam a tecnologia e o dinheiro.

Essas duas fontes mais típicas de crimes na América Latina, isto é, a pobreza e o crime organizado, representam rasgos muito preocupantes no mundo globalizado.

De certa maneira é possível afirmar que a primeira fonte, vinculada à pobreza, aponta para questões mais estruturais, porque é alimentada na miséria do povo, haja vista as lutas sangrentas pela posse de terra. *Furtar*

ou roubar para sobreviver não deveria ser a tônica de uma sociedade dotada de critérios mínimos de democracia e justiça, especialmente num país como o Brasil que detém economia razoavelmente expressiva, por isso colocada no *rank das Nações Emergentes*, mas que tem 55% do seu Produto Interno Bruto (PIB) comprometido com o pagamento da dívida pública.

A criminalização produzida pela pobreza demonstra, mais do que o recrudescimento da insegurança social, a persistência de altíssima concentração da renda beneficiando poucos privilegiados, na ciranda de um mercado financeiro constantemente em turbulência, com elevações das taxas de câmbio, juros altos e baixos investimentos que intranquilizam os cidadãos, geram aumento de impostos e prejudicam o controle da informação, tudo porque as estratégias dos governos na América Latina não têm sido hábeis em promover o desenvolvimento com qualidade de vida, especialmente agora com os efeitos da globalização

É assim que se mostra, no continente latino-americano, a falta de um projeto adequado ao bem-estar do povo, em condições de implicar na operacionalização qualitativa da educação primária. O que se vê é que apenas cerca de 30% de crianças, que entram no curso primário, chegam a concluí-lo e essa peculiar situação acaba por contribuir para a precariedade da polícia, recrutada normalmente entre segmentos de jovens econômica e culturalmente mais pobres, no conjunto da população. O Brasil tem oito milhões de adolescentes constituindo os grupos de alto risco com baixa escolaridade, vulneráveis a doenças sexualmente transmissíveis, expostos à

gravidez precoce, ao uso e ao microtráfico de drogas, de onde são oriundas as tropas inesgotáveis para o crime organizado.

A segunda fonte de crime, ou seja, o crime organizado tomou ultimamente dimensões astronômicas, em particular pela capacidade de dispor de recursos e tecnologias expressivos, colocando o aparato repressivo público na defensiva. O que mais preocupa certamente é a tendência ao incontrolável, face à ascensão desse *Estado Paralelo* que movimenta milhões de dólares, sabe jogar com a impunidade, tem enorme rede de consumidores e acha que o *crime compensa*, já que seus riscos podem ser bastante calculados e controlados.

Em todos os grandes centros urbanos dos Países da América Latina (cite-se os exemplos de São Paulo, Rio de Janeiro, Buenos Aires, Assunção, La Paz e Santiago do Chile) há favelas e palafitas em que polícia não entra ou, quando entra, já está em franca desvantagem ante os delinquentes bem armados. Há favelas e palafitas onde os moradores estão reféns do *Estado Paralelo*, que marcha a par do *Estado Legal*, com o fomento do *Poder Transversal*, vendendo proteção, obrigando as pessoas a comprarem a segurança marginal para poupar a própria vida. Há favelas e palafitas onde os moradores vêm abandonando suas casas, expulsos delas pelo medo, pelo terror e pela desproteção absoluta a que estão expostos. Há favelas e palafitas onde o tráfico de drogas prende, julga e executa. Uma pesquisa patrocinada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), concluída em abril de 2003, revela que a média para ingresso no crime, na América Latina, era de 15 a 16 anos, no início da



década de 90, mas, em 2003, esse índice caiu para 12 a 13 anos, exatamente porque o recrutamento de crianças e adolescentes aumentou consideravelmente com as ações dos traficantes, substituindo a ausência de investimentos sociais do *Estado Legal*.

## Quadro sinótico do poder transversal

### Formas de acumpliciamento dos agentes do Estado legal com delinquentes do Estado paralelo

Emprego remunerado de policiais:

a) remuneração como informantes;

b) remuneração como seguranças de traficantes e de outros infratores.

Simulação do exercício profissional:

a) cobrança para não efetivar prisões em batidas policiais;

b) conivência em fugas, motins ou rebeliões;

c) facilitação para entrada nas prisões de armas, drogas, dinheiro e equipamentos eletrônicos: celulares, *laptops*, máquinas de filmar.

Aposta na impunidade:

a) a lei vista como mercadoria barata;

b) a morosidade processual;

c) cooptação de magistrados susceptíveis à corrupção.

Estatística da atuação do poder transversal:

a) 25% de policiais honestos e eficientes;

b) 45% de policiais corruptos;

c) 30% de policiais indiferentes ao que se passa ao redor;

d) 85% da população não confia na polícia.

## Os regimes penitenciários criminalizantes na América Latina

Na América Latina, a reabilitação prisional, pretendida pela legislação penal, tem patenteado, na prática, o desalento, a aflição e a definitiva rebeldia contra uma sociedade que fecha as portas ao egresso, quando chega o tempo do *le lendemain de la peine*, na elegante expressão dos franceses.

A prisão continua, assim, a procurar um futuro novo capaz de viabilizar medidas e métodos de execução penal que correspondam aos anseios de reintegração do condenado na sociedade, em qualquer regime de emprisionamento, seja no regime fechado, seja no regime semi-aberto, seja no regime aberto.

Em nenhum desses três *Regimes* se cumpre pena com decência e eis a razão pela qual se diz, a todo instante, que a prisão, na América Latina:

a) não serve para o que diz servir;

b) oferece o máximo de promiscuidade;

c) neutraliza a formação e o progresso de bons valores;

d) estigmatiza o ser humano;

e) funciona como máquina de reprodução da carreira no crime;



f) introduz na personalidade a prisionalização da nefasta cultura carcerária;

g) estimula o processo de despersonalização;

h) legitima o desrespeito aos direitos humanos;

i) destrói a família do condenado.

Veja-se, por oportuno, que o povo vem assistindo a proliferação de *ganges* rivais de presos e ao volume de facções criminosas que comandam operações dentro dos estabelecimentos prisionais com impressionante capacidade de planejamento e contam com a corrupção dos funcionários do sistema penitenciário para promover fugas, rebeliões, motins, homicídios, suicídios, impor o terror, desafiar o Governo e oprimir a sociedade. É de lamentar que os Governos não tenham tido boa vontade e nem tenham sido capazes de elaborar e de executar o cumprimento da pena com seriedade, determinação e competência.

Preso e sociedade sempre terão de conviver como vizinhos decentes, ainda que estipulando fronteiras. Não precisa ser uma cena de *Dostoiévski*, de irmãos se abraçando, mas uma convivência de compreensão e tolerância, na rota de um *consensualismo penitenciário* edificado em uma escala de valores ético, morais e normativos, integrado no conjunto da política social do *Estado de Direito*, em condições de aproximar o delinquente da vida normal dos cidadãos. Aqui se abre um parêntese para elogiar a feliz iniciativa dos Membros da Fundação Internacional Penal e Penitenciária (FIPP), quando, reunidos em Lisboa (Portugal), no ano de 2000, abriram as portas para um novo renascimento no campo

do Direito Penal, partindo da transformação conceitual em torno do *direito-dever de punir*, com base na concepção de que não se deve mais falar, isoladamente, em *tratamento penitenciário*, na medida em que se pode estabelecer o *consensualismo penitenciário*, mediante o processo de diálogo para a tomada de conscientização e de responsabilidade do preso, em benefício dele próprio e do bem-estar público.

### A ausência habitual do trabalho produtivo e do ambiente educativo nas prisões da América Latina

A visão global da questão penitenciária nos Países da América Latina, lamentavelmente, está fora de qualquer cronograma usual de planejamento estratégico de promoção social.

Os governantes precisam compreender que o universo penitenciário deve ser visto como componente relevante do moderno desenvolvimento sócio-econômico. Faz parte de uma sociedade justa, equitativa, educada, economicamente expressiva, saber dar conta desta problemática de acordo com a competência considerada hoje atualizada. A violência crescente não agride apenas a cidadania, mas igualmente a economia, como é o caso notório do turismo no Rio de Janeiro e em Buenos Aires. Em outro ângulo, a reprodução do crime nas prisões agride totalmente o princípio de mudança radical da concepção atual penitenciária encerrada na prática medieval de prender somente para castigar.

De um lado, deve existir o *Estado de Direito*, para que se definam os procedimentos legais do crime e da sanção, o que torna a

condenação socialmente justa. De outro, deve existir a condição ineludível de recuperação do preso, sem escamotear o contexto de visível violência aí implicado. Não se trata de esconder a violência, mas de administrá-la em nome da satisfação que o preso dá à sociedade em nome de sua necessária recuperação.

Aí está um ponto essencial: quando se trata de recuperação prisional, a melhor maneira de a fazer não é com a acentuação da violência. Assim, em ambiente de violência típica, como é o da privação da liberdade, é preciso administrá-la de modo a reduzir essa violência ao mínimo, para sobressair a face da reconstrução do direito à liberdade.

No alinhamento de uma execução penal em busca de elevado significado ao controle jurídico-penal, com equilíbrio e autoridade responsável, se destaca, como ponto alto, o empreendimento do *trabalho produtivo e do ambiente educativo*.

Não cabe o trabalho apenas como *passatempo, faz-de-conta*, porque não é pedagógico e não é fonte geradora de condições de vida para o dia em que a liberdade chegar. *Pedagógico é o trabalho que fundamenta a dignidade da pessoa como ente capaz de prover sua subsistência com autonomia e criatividade*. É essencial que o preso tenha a experiência construtiva de que é possível sobreviver sem agredir os outros, por conta da capacidade própria de encontrar soluções adequadas.

Ganhar percentual do valor de seu trabalho é indiscutivelmente um *direito humano* do preso, até porque aí entra a questão complexa do sustento de sua família.

Acresce ainda a preocupação justa em torno da manutenção das penitenciárias e

que, pelo menos em parte, deveria ser provida pelos próprios presos. Seus custos são muito altos, e tornam-se alucinados, quando se pensa que são, na maior parte, em vão. Evitando-se sempre o *trabalho forçado*, definido como espoliativo e desumano, o preso deve trabalhar também para manter a instituição que ocupa, embora sempre em ambiente educativo. Isto quer dizer que o trabalho precisa representar atividade séria para fundar a dignidade da cidadania de alguém que encontra aí ocasião e motivação para mudar de vida.

O ideal seria que a ressocialização do preso fosse apropriada a cada perfil de condenado. Ressocialização significa fornecer ao preso um canal pelo qual possa reentrar na sociedade com escolaridade e desenvolvimento de uma habilidade profissional, que leve em conta as necessidades futuras. Porém, hoje, na América Latina a situação é esta:

45% dos presos não têm nenhuma atividade com habilidade ou formação profissional;

36% dos presos se ocupam apenas com o trabalho de serviços gerais dentro da própria prisão;

19% dos presos dispõem, efetivamente, de um trabalho produtivo com caráter ressocializador.

É interessante assimilar que, na quase totalidade dos sistemas penitenciários latino-americanos, e aí se inclui o Brasil, existe uma lei determinando que, através da ocupação, o preso diminui sua pena: para cada três dias trabalhados, abate-se um dia de pena. Como a maioria dos presos não trabalha, essa lei existe sem maior efetividade.

Na quase totalidade dos sistemas penitenciários, a regra é remunerar o trabalho do preso com a metade ou três quartos de um salário mínimo. No Brasil, pela atual Lei de Execução Penal (art. 29) o trabalho do preso será remunerado, não podendo ser inferior a três quartos do salário mínimo (o salário mínimo equivale a 83 dólares por mês).

Neste contexto, aparece sempre a discussão em torno da atuação da iniciativa privada em estabelecimentos prisionais, havendo nos Estados Unidos e na Europa, já há alguns anos, experiências que parecem positivas. Em si, esse tema não deveria causar espécie, se os objetivos podem ser alcançados melhor pela via privada. Com efeito, hoje a situação de absoluta precariedade de praticamente todas as penitenciárias leva a confundi-la com o espírito predominante no serviço público, considerado sempre coisa pobre para pobre. Se os órgãos públicos não são satisfatórios em seus serviços e atividades, em muitos casos a iniciativa privada pode representar a vantagem de melhor executar esses serviços e ainda reduzir custos.

A título de ilustração, mencionamos que acabam de ser implantadas as primeiras prisões privadas na América Latina. Elas estão no Brasil. A primeira, localizada no Município de Guarapuava, no Estado do Paraná, onde os 350 presos têm de estudar e trabalhar na agricultura. A segunda, localizada no Município de Juazeiro do Norte, no Estado do Ceará, onde os 300 presos se dedicam ao trabalho de fabricação de jóias.

Outra opção que se examina para instalar na América Latina, com apoio do gerenciamento do Mercado Comum dos Países do *Mercosul* (os Países que formam o *Mercosul*

são: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai) é a experiência com cooperativas de presos e ex-detentos, as quais, pela influência do bom exemplo, na exploração de atividades econômicas, no campo da agricultura e da indústria, podem ter aptidão para subsidiar a incorporação da iniciativa privada nos propósitos de reintegrar o condenado à sociedade, sem que a pena se desmoralize como promessa lírica que não se cumpre.

Componente de primeira linha, ao lado do trabalho produtivo pedagógico, é a ambiência educativa que deve imperar nas penitenciárias. Não se trata apenas de oferecer educação formal, ou seja, apenas o curso primário previsto na Constituição Federal como direito de todos, todavia de envolver o preso dentro da ecologia da educação, incluindo cultura, lazer, instrução etc. Ao contrário das condições atuais imperantes, de total degradação humana, deveria emergir o lado sadio, promocional, desafiador da educação crítica e criativa, uma das bases mais seguras da formação da cidadania popular.

O preso deve ter oportunidade de ler conteúdos interessantes, ver materiais eletrônicos pertinentes de teor didático e instrutivo, discutir coletivamente temas, problemas e soluções, fazer cursos à distância e, sobretudo, plantar o convencimento da capacidade de se modular como sujeito social competente. Isso supõe metodologias didáticas modernas construtivas, que não se bastam com mera reprodução do saber, imitação, cópia, instrução. O ambiente deve ser marcado nitidamente pelo *aprender a aprender*, que fundamenta a habilidade crítica e criativa. Assim será possível realizar a função repressiva do *Estado de Direito*, usufruindo o que a Ciência e a Tecnologia têm a oferecer.

Característica essencial da dinâmica população penitenciária na América Latina é, então, a acentuada ausência de instrução escolar sem iniciação e sem aperfeiçoamento técnico, daí a constatação:

- a) 39% de presos são analfabetos;
- b) 53% de presos não têm instrução primária completa;
- c) 71% de presos mergulham na reincidência.

Esse é um dos fatores mais incisivos de tensões, revoltas, motins e do círculo da reincidência no crime. 71% das pessoas que saem das prisões, a elas voltam pelo peso do estigma social e por falta de terapia de reestruturação pessoal com boas chances de futuro.

Anote-se, nesta oportunidade, que o Peru foi o primeiro País da América Latina a colocar em vigor uma lei estabelecendo a compensação da pena pelo estudo: para cada três dias de atividades de educação escolar, abate-se um dia de pena. Outros Países, como o Brasil, já estão regulamentando esse esforço de iniciativa educacional adotada no Peru.

Está bem claro, nesta comunicação, que a conjugação inteligente, entre ambiente

educativo e o trabalho produtivo pedagógico, lamentavelmente ainda não é o ângulo principal do processo de reconstrução da liberdade e da dignidade dos presos na América Latina.

## Conclusão

O propósito catalisador do crime organizado, nos sistemas penitenciários, é emblemático, razão pela qual não se pode conceber que os bons frutos das ações, na seara dos sistemas penitenciários, estejam sempre a depender de *um algo mais*, que nunca chega, igualzinho ao *Godot da Peça de Beckett*.

Todavia, vale a pena manter o entusiasmo e a grandeza de espírito na luta pelo comprometimento social com a formação pela educação e pelo trabalho no ambiente das prisões.

Um dia ficaremos livres da frieza e da carência de zelo cívico tão comum entre os agentes públicos condutores da administração prisional na América Latina. Essas pessoas perturbam os nossos sonhos, contudo, pelo menos, não nos deixam sem a consciência tranqüila e não nos tiram a capacidade de esperar.

---

### Bibliografia

*Boletim de Estatísticas das Nações Unidas*. New York, Centro de Documentação das Nações Unidas, 2001.

*Conclusiones del Cumbre de Ministros de Justicia o Procuradores Generales de las Américas*. San José de Costa Rica, Ministerio de la Justicia, 2000.

Convenção Americana Sobre Direitos Humanos. *Pacto de San José de Costa Rica*. San José de Costa Rica, Publicação da Corte Interamericana de Direitos Humanos, 1969.

Convenção Contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes. *New York*, Resolução da Assembléia Geral das Nações Unidas, 1984.

Convenção Interamericana da Organização dos Estados Americanos para Prevenir e Punir a Tortura e Outros

Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes. *Washington*, Resolução da Assembléia Geral da Organização dos Estados Americanos, 1985.

*Declaración del Consejo Centroamericano de Procuradores de los Derechos Humanos Sobre la Situación Penitenciaria. San José de Costa Rica, Centro de Documentación del Ilanud, 1997.*

*Estudios Sobre Justicia Penal y Sobrepoblación Penitenciaria. San José de Costa Rica, Publicación del Ilanud, 2001.*

Princípios Básicos Sobre Tratamento do Preso. *New York*, Resolução da Assembléia Geral das Nações Unidas, 1990.

Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos. *New York*, Resolução da Assembléia Geral das Nações Unidas, 1966.

---